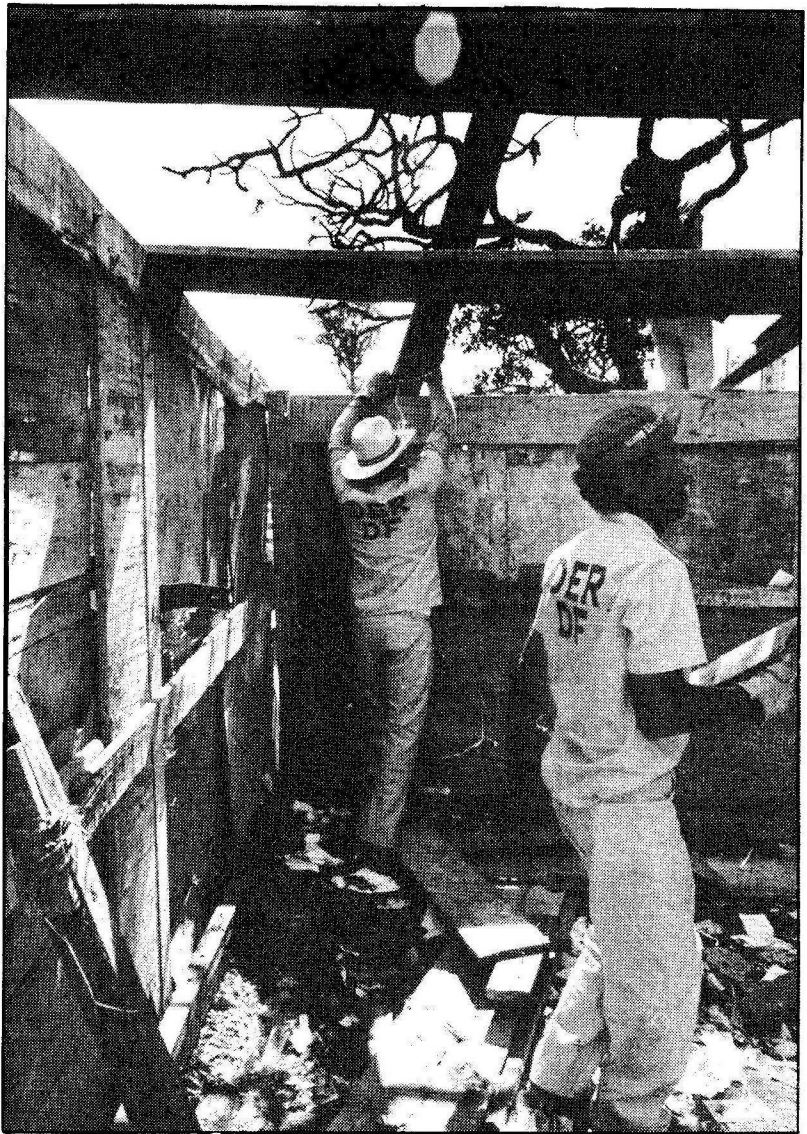
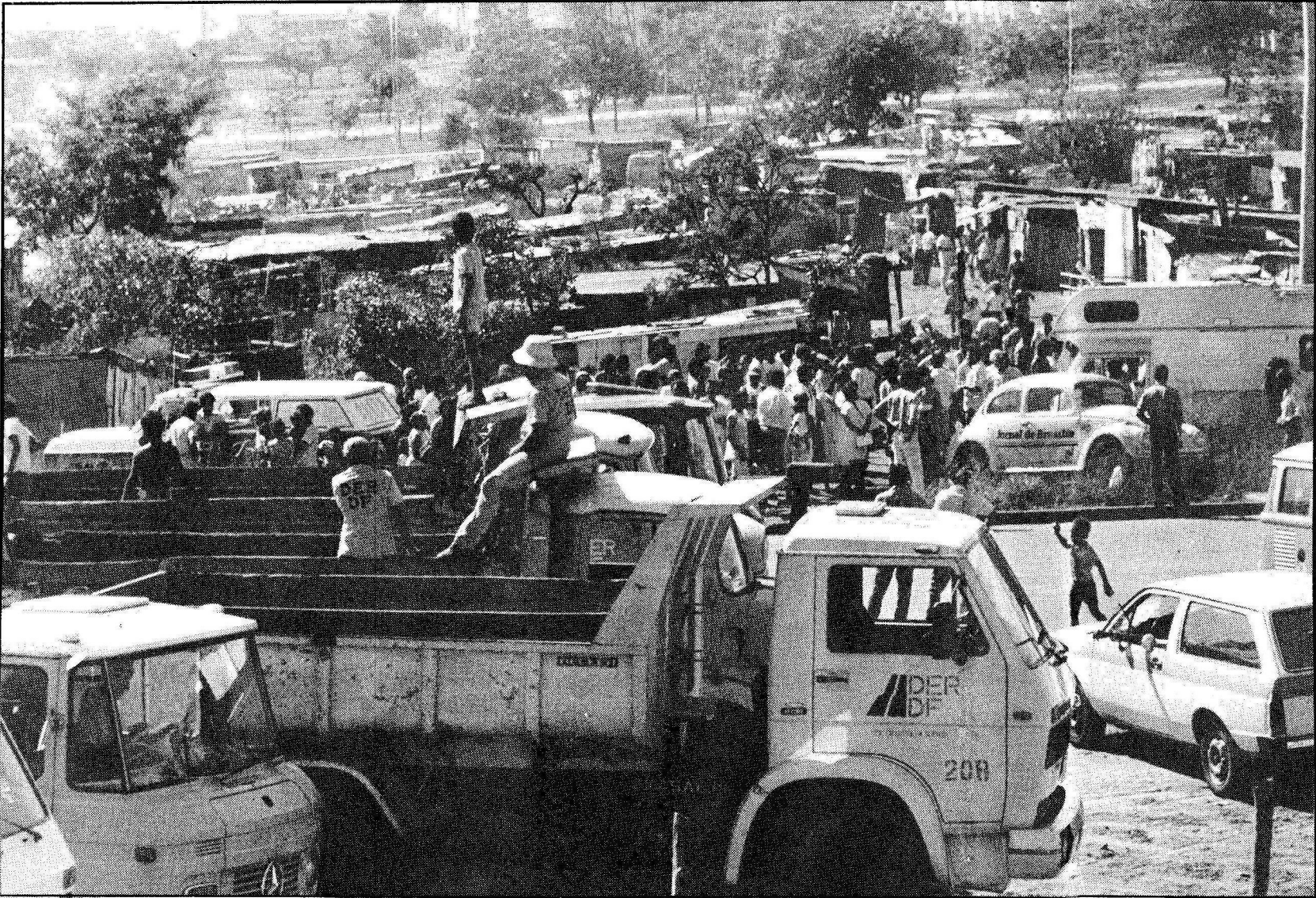


Fotos: Roosevelt Pinheiro



Desorganizada e tensa, com tumultos entre funcionários, policiais e invasores. Assim começou a remoção dos favelados da 110 Norte. Quarenta e seis barracos foram derrubados e respectivas famílias saíram. Elas já têm um novo endereço: Brasilinha. Mas, para receber outras 100 famílias, a prefeitura depende da aprovação da Câmara Municipal.

# Começa a derrubada dos barracos

## Maria, a raça de uma líder eleita

De simples auxiliar de cozinha de um restaurante de segunda categoria, em cinco meses ela se transformou em uma verdadeira líder comunitária, que hoje negocia com autoridades do GDF e outros órgãos e orienta os 2 mil moradores da invasão da 110 Norte. Com o sugestivo nome de Maria da Cruz Rodrigues dos Santos, foi eleita por voto direto vice-presidente da Associação de Moradores da Invasão, em janeiro. Desde então, teve que abandonar o trabalho, onde ganhava um salário mínimo, e diz que só sai da área quando o último morador for retirado de lá.

"Quis ver como era o negócio", explica, com seu linguajar rude, o que a levou a aceitar a função de vice-presidente da Associação, que é presidida por Elias Ribeiro da Silva. Ele, porém, dificilmente é encontrado, e todos acabam recorrendo a Maria da Cruz, que no barraco de número 114, passa todos os informes à população da área e articula as reuniões comunitárias onde a remoção é debatida.

Piauiense de Teresina, Maria da Cruz tem 28 anos — mas aparenta pelo menos 10 a mais —, é casada com o servente de pedreiro Francisco Lúcio dos Santos, e tem um filho de 8 anos. Prefere não criticar o governador José Aparecido, a quem define como "um bom mineiro", mesmo sabendo que o destino dos moradores está sobretudo nas mãos dele. Da mesma forma, considera o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, "um homem muito educado". E prefere não falar sobre o presidente José Sarney, "porque esse eu nunca vi". Acha, no entanto, o congelamento uma "boa

medida", reclamando apenas porque, na sua opinião, "ele deveria durar cinco anos, e não apenas 90 dias".

Vivendo atualmente apenas com o salário mínimo que o marido ganha, Maria da Cruz não comenta, também, a sua opinião pessoal sobre a remoção das famílias para Brasilinha e Santo Antônio do Descoberto. Alega que o que a comunidade decidir, ela assina embaixo. E ressalta que não critica autoridades porque entende que a função maior de uma líder comunitária "é a de unir os povos".

Diariamente atendendo as dezenas de pessoas que a procuram, a vice-presidente da Associação conta que chegou a Brasília há cerca de três anos ("não lembro direito", frisa), e foi morar na invasão da CEUB (907 Norte). No começo do ano, não aguentou mais pagar aluguel (Cz\$ 300 por um quarto) e decidiu participar da formação da invasão da 110 Norte. "Nunca tinha feito isto antes", destaca, lembrando que o barraco em que mora foi construído com telhas e estacas "emprestadas" de amigos. As tábuas que formam as paredes foram apanhadas no lixo, à beira do Lago Norte. "Carreguei na cabeça até aqui, não sei como não fiquei careca", relembra.

Após ter morado muitos anos em Acaulândia, no Maranhão, "onde cheguei só com a roupa do corpo", ela veio para Brasília em busca de uma vida melhor. Ainda não atingiu a sua meta, mas acrescenta que nem por isso perdeu a esperança, que para Maria da Cruz — assim como para a grande maioria dos moradores da invasão —, "é a última que morre".



Esta é a área que a prefeitura de Brasilinha reservou para mil favelados da invasão da 110

## Brasilinha adota 100 famílias

Se depender do prefeito de Brasilinha, Adhemar Alves Borges, pelo menos 100 famílias da invasão da 110 Norte poderão ser removidas para aquele município. A decisão final fica por conta da Câmara Municipal de Brasilinha, que no prazo máximo de cinco dias deve votar e aprovar o pedido formalizado pela Fundação Maria do Barro.

A decisão do prefeito vai contra a opinião da maioria dos moradores da cidade. Adhemar Borges argumenta, porém, que a medida se justifica porque o assentamento dessas famílias será feito pela coordenação da Fundação Maria do Barro e com o apoio da Secretaria de Serviços Sociais do governo do Distrito Federal, num trabalho que não se restringirá apenas à transferência, mas também, ao desenvolvimento da comunidade no local.

A área oferecida pela Prefeitura de Brasilinha, também conhecida como Planaltina de Goiás, fica do lado norte da cidade e está organizada em forma de loteamento. No total seriam 110 lotes de 360 metros quadrados cada, abrangendo três quadras inteiras, mais uma parte de outra. Cada quadra tem 30 lotes, e dos 110, aproximadamente 10 lotes ficariam reservados para a instalação dos projetos sociais da

fundação, como por exemplo, a montagem de uma oficina artesanal.

A transferência seria feita em forma de "comodato", uma espécie de arrendamento, onde as pessoas podem viver e trabalhar, sem tomar posse do terreno.

**Infra-estrutura**

Segundo acordos feitos entre a Fundação Maria do Barro, a Secretaria de Serviços Sociais e a Prefeitura de Brasilinha, destinados a criar uma estrutura de emergência para receber as famílias, inicialmente um carro pipa cedido pelo GDF faria o abastecimento de água no local. Num prazo maior, seria construído um poço artesiano, com capacidade prevista para atender até 200 famílias. A profundidade do poço pode variar em até 120 metros, com capacidade de 15 mil litros por dia.

O loteamento fica a 1 quilômetro e meio da escola mais próxima e a 3 da rodoviária, que de hora em hora oferece ônibus para o Plano Piloto e cidades-satélites, como Sobradinho e Planaltina. Em horário de pique, como de manhã, por exemplo, esse intervalo cai para 30 minutos, saindo, conforme informações do prefeito Adhemar Borges, até três ônibus de uma só vez. Para Brasília, a Viação Santo Antônio, que opera na cidade, cobra 15 cruzados, o que significa

uma despesa igual feita pelos moradores de cidades-satélites como Brazlândia e Gama.

Quanto à energia elétrica, a rede de luz mais próxima à área destinada ao assentamento dos moradores da invasão da 110 Norte fica a cerca de 500 metros. Segundo o prefeito de Brasilinha, a instalação definitiva dos postes de eletrificação custaria cerca de Cz\$ 500 mil e pode ser feita, através da liberação de verba pelo GDF, pela Companhia de Eletrificação de Goiás (CELG). De acordo com o Secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes, a proposta de eletrificação do setor será encaminhada por ele ao governador José Aparecido.

Assim, explicou Adolfo Lopes, "no menor tempo possível, cerca de 120 dias, a infra-estrutura do local estará implantada", abrangendo desde a construção do poço artesiano à colocação de postes de iluminação. Isso, se o GDF liberar os recursos e se for eliminada a burocracia.

Atualmente Brasilinha conta com uma população aproximada de 45 mil habitantes dos quais 80% trabalhava no Distrito Federal. "Recebemos uma média de 40 a 60 famílias por mês", revela Adhemar. A transferência de mais 100 famílias não vai nos causar um problema social.

## Favelados vão sobreviver do barro

A Fundação Maria do Barro pretende desenvolver em Brasilinha um trabalho de valorização da criança e, principalmente, do jovem, através do artesanato, feito de preferência com o material existente na própria região, como folhas, madeira e barro.

Maria do Barro, a criadora e coordenadora da Fundação, acredita muito na força jovem e no potencial humano, que dá condições de se fazer muito mais além de ganhar um salário mínimo, considerado por ela como "deprimente". Um treinamento de educação rural e econômica, envolvendo uma terapia ocupacional será desenvolvido pela Fundação com as famílias removidas da invasão da 110 Norte.

Além do trabalho realizado com essas famílias, a Fundação Maria do Barro tem outros projetos em Brasília e em outros estados. Em



Maria do Barro: solução já

Planaltina, há uma olaria comunitária, ligada ao projeto "Barro Vive", que ensina a produção de telhas e tijolos. No

Gama, o "mão na massa", com a participação de 45 jovens antes considerados infratores, mas hoje, conforme Maria, completamente recuperados e com uma profissão definida, dedicando-se a confecção de tijolos, telhas e objetos utilitários. Esse projeto foi desenvolvido com apoio do Sesc, da Fundação de Serviços Sociais, das Embaixadas do Canadá e França, e também do Ministério do Trabalho.

No Mato Grosso do Sul, a Fundação Maria do Barro, com o apoio do Ministério do Trabalho, instalou o projeto da oficina comunitária, e no Amapá o projeto Maruamum, também no setor de olaria. O interesse da Fundação, segundo esclareceu Maria do Barro, além do ponto de vista social, é envolver ministérios e órgãos nacionais e estrangeiros no dimensionamento do trabalho como solução dos problemas.

Apesar da desorganização, tumultos e tensão, em dois dias foram demolidos 46 barracos da invasão da 110 Norte. Segundo informou ontem à noite o secretário de Serviços Sociais, Adolfo Lopes. Na segunda-feira, segundo ele, foram desocupados 16 barracos, enquanto ontem esse número subiu para 30. A maioria das 2 mil famílias, porém, quer permanecer na área, embora através da Fundação Maria do Barro a Secretaria de Serviços Sociais esteja negociando terrenos em Brasilinha e Luziânia, já tendo sido descartada a remoção para Santo Antônio do Descoberto. A Secretaria, contudo, não tem dinheiro para mandar os invasores de volta aos seus estados de origem, conforme admitiu o secretário.

A retirada das famílias foi bastante tumultuada ontem. Pela manhã, a desorganização dos funcionários da Fundação do Serviço Social (FSS) provocou desentendimento entre policiais, favelados que queriam sair e invasores que insistiram em permanecer na área.

O clima entre os invasores era calmo, apesar da expectativa diária de serem removidos à força pela Terracap, mas às 10h20 toda a tranquilidade se transformou em um protesto maciço, quando quatro caminhões do DER estacionaram no centro da invasão. Os invasores — mais de 100, no mínimo — ameaçavam os motoristas e prometiam linchar aqueles moradores que decidissem sair imediatamente da invasão, atendendo à convocação da Fundação de Serviços Sociais. Numa Kombi Safari, quatro funcionários, sob a orientação de um assessor da Secretaria de Serviços Sociais, insistiam para que os invasores deixassem a área.

Mas se alguns invasores impediam a saída daqueles que espontaneamente decidiram se transferir para Brasilinha, Santo Antônio do Descoberto ou mesmo regressar para os seus estados de origem, os funcionários da FSS também retardavam a remoção. Isso porque, nenhum deles conseguia atender, com um mínimo de organização, as famílias que os procuravam. Diante de tanto descontentamento, os invasores passaram a discutir com os funcionários da FSS, aumentando a tensão.

**Impasse**

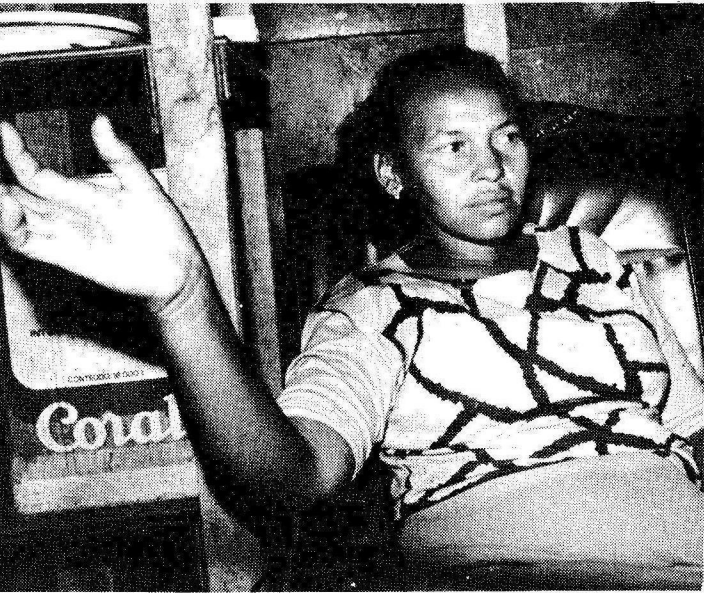
A situação foi se agravando cada vez mais. Enquanto o grupo de invasores discutia com os funcionários da FSS, um coordenador da Secretaria de Viação e Obras determinou que os quatro caminhões do DER fossem estacionados em frente ao canteiro de obras da Encol, na 310 Norte. Logo depois, o sargento PM Chagas Machado, que comandava o policiamento desde o início da operação, se entendeu com os coordenadores da SVO e resolveu chamar um reforço de mais viaturas. Já nesse momento, um soldado montava guarda na frente principal da invasão com uma carabina à mão.

**Solução**

Meia hora depois, os seis camburões da PM estavam estacionados em frente à invasão. Foi diante de tanta tensão que o tenente Ivan resolveu conversar com o presidente da Associação de Moradores da Invasão, Elias Ribeiro, e Maria da Cruz, vice-presidente. O tenente prometeu que a PM não usaria a violência, apenas iria assegurar a remoção das famílias que pretendiam sair.

Convencida de que não haveria violência, a vice-presidente da Associação reuniu os invasores mais exaltados e pediu para que eles deixassem ir embora as famílias que queriam sair. Eles se dispersaram, enquanto o tenente Ivan determinou aos motoristas do DER que estacionassem perto dos barracos já desocupados. Houve algum atropelo, já que os funcionários da Fundação não sabiam indicar que barracos já estavam desocupados.

Encontrados os barracos, começou a derrubada. Até o início da noite, 30 barracos foram retirados. Alguns, inclusive, com a ajuda dos próprios moradores.



Maria da Cruz: sem emprego, mas liderando 2 mil favelados